

# COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

## PROJETO DE LEI Nº 128, DE 2022

Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, para dispensar o uso de taxímetro se o preço do serviço puder ser definido por meio de aplicativos ou outras plataformas digitais.

**Autor:** Deputado MAURÍCIO DZIEDRICKI

**Relator:** Deputado ROBERTO MONTEIRO

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe objetiva alterar a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, que “Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências”, mediante a inserção de três novos parágrafos ao art. 8º daquela legislação, com o propósito de adequar o dispositivo que estabelece a obrigatoriedade de uso de taxímetro, com fins de flexibilizar essa utilização nas corridas do transporte público individual - os táxis - em Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, considerando a realidade atual da prévia contratação de serviços do respectivo transporte mediante aplicativos ou plataformas digitais de terceiros que viabilizam a definição do preço do serviço.

Os três novos parágrafos propostos ao art. 8º da Lei nº 12.468/11, assim dispõem, em destaque:

“Art. 8º Em Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes é obrigatório o uso de taxímetro, anualmente auferido pelo órgão metrológico competente, conforme legislação em vigor.



*§ 1º O uso do taxímetro poderá ser dispensado se passageiro e motorista concordarem em utilizar aplicativo ou plataforma digital de terceiros para definição do preço do serviço.*

*§ 2º As tarifas praticadas pelo aplicativo ou plataforma digital de que trata o § 1º deverão ser aquelas estabelecidas pelo poder concedente, nos termos do art. 12 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.*

*§ 3º A instalação do taxímetro poderá ser dispensada, situação, na qual, nos municípios de que trata o caput, o serviço somente poderá ser prestado nas condições descritas no § 1º. ” (NR)*

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD), tramitando em regime ordinário (art. 151, III, RICD) e foi distribuída às Comissões de Defesa do Consumidor; Viação e Transportes; e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

No âmbito desta CDC, decorrido o prazo regimental de 5 sessões, para apresentações de emendas, decorrido no período de 20/04/2023 a 03/05/2023, nenhuma foi apresentada.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A proposição sob exame, de autoria do ex-Deputado Maurício Dziedricki, objetiva, numa análise mais sucinta, modificar a legislação que regulamenta a profissão de taxista e suas atividades de prestador do serviço de transporte público privado de passageiros (Lei nº 12.468/2011), no que se refere à obrigatoriedade de uso de taxímetro para aqueles serviços prestados em Municípios com mais de 50 mil habitantes.

O autor argumenta que a medida leva em conta o aparato tecnológico trazido pelos aplicativos de *smartphones* e plataformas digitais e que tais novas ferramentas tecnológicas vieram para modernizar a rotina dos consumidores na contratação de tais serviços.



Nos termos do art. 32, inciso V, alíneas “b” e “c”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete-nos, no âmbito desta Comissão, analisar a proposição no que tange às relações de consumo, medidas de defesa do consumidor, bem como no que se refere à composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços.

Em sua justificativa, o autor da proposição argumenta que (...) “Nas grandes capitais, os usuários de táxi têm dado preferência à conveniência, rastreabilidade e flexibilidade dos aplicativos em detrimento dos serviços de disque-táxi. Os pontos de táxi nas vias têm se prestado mais a servir como local de espera por requisições digitais do que como um lugar ao qual os passageiros se deslocam em busca de um veículo”.

Particularmente, vejo essa questão sob uma perspectiva completamente diversa. Nas grandes capitais, os usuários de táxi ainda valorizam a confiabilidade, segurança e atendimento personalizado oferecidos pelos serviços de disque-táxi. Embora os aplicativos tenham ganhado popularidade, muitos passageiros preferem a experiência de ligar para um serviço de táxi tradicional, em que podem se comunicar diretamente com um despachante e receber um atendimento mais personalizado. Muitos usuários valorizam a interação humana que os serviços de disque-táxi oferecem. Inclusive para obter informações sobre locais e, até mesmo, dicas sobre o trajeto mais rápido e eficiente.

Além disso, os pontos de táxi situados nas vias urbanas continuam desempenhando um papel fundamental como um local conveniente para os passageiros encontrarem um veículo imediatamente. Estrategicamente posicionados em áreas movimentadas, como aeroportos, estações de trem e pontos turísticos, viabilizam que os transeuntes encontrem um táxi facilmente, sem depender de um aplicativo.

Sendo assim, embora os aplicativos de táxi ofereçam conveniência e rastreabilidade, eles nem sempre são a melhor opção em todas as situações. Em momentos de alta demanda, os aplicativos podem ter tarifas dinâmicas que tornam as corridas mais caras. Além disso, a



dependência de um aparelho de *smartphone* e de conexão com a Internet pode ser um obstáculo para algumas pessoas, especialmente turistas ou idosos que podem não estar familiarizados com a tecnologia.

Portanto, considero equivocado afirmar que os usuários de táxi nas grandes capitais têm dado preferência exclusiva aos aplicativos em detrimento dos serviços de disque-táxi. A escolha entre os dois métodos de solicitação de táxi continua sendo uma questão de preferência pessoal, com muitos passageiros optando por usar os serviços de disque-táxi devido à confiança, atendimento personalizado e conveniência imediata que eles oferecem.

E, de uma forma geral, receio que as medidas propostas na iniciativa possam terminar representando um verdadeiro retrocesso aos direitos dos consumidores e dos taxistas. A dispensa do uso do taxímetro em favor de aplicativos ou plataformas digitais de terceiros para definição do preço do serviço pode se revelar extremamente prejudicial. É que, ao deixar a negociação do valor da corrida ao arbítrio das partes, há um risco significativo de abuso e cobranças excessiva, colocando o passageiro em uma situação de extrema vulnerabilidade.

Em determinadas ocasiões, por estarem em uma posição desfavorável, como em áreas remotas, desconhecidas ou em situações de emergência, os passageiros podem se ver compelidos a aceitar preços injustos ou abusivos impostos pelo motorista, que pode se aproveitar dessas circunstâncias para obter vantagens. Ademais, deixar a negociação do valor da corrida ao sabor das circunstâncias pode estimular contextos de desigualdade ou discriminação, a exemplo da cobrança de valores mais altos com base nas características pessoais do usuário do serviço, como o gênero e a cor da pele, resultando em prejuízos significativos para determinados grupos de passageiros.

Por outro lado, ao se estabelecer que as tarifas praticadas pelos aplicativos ou plataformas digitais devem ser aquelas estabelecidas pelo poder concedente, os preços tornam-se sujeitos a uma rígida limitação que pode não refletir a realidade do mercado e levar a tarifas



excessivamente altas ou baixas, prejudicando tanto os motoristas quanto os passageiros.

A dispensa da instalação do taxímetro também é problemática. Isso porque tal ferramenta é fundamental para garantir a transparência e a justiça na cobrança das corridas de táxi. Ao eliminá-la, abre-se espaço para a prática de preços abusivos e a falta de controle sobre os valores cobrados.

Compreendo a nobre intenção do autor ao pretender ampliar o espectro de proteção dos direitos dos consumidores que contratam serviços de transporte individual por meio de aplicativos ou plataformas digitais. No entanto, considero que as medidas propostas podem terminar representando um retrocesso na regulamentação do serviço de táxi, colocando em risco tanto os direitos dos passageiros quanto a sustentabilidade econômica dos taxistas. Pondero que é fundamental buscar soluções que promovam a transparência, a segurança e a equidade nas relações entre motoristas de táxi e passageiros, mas sem renunciar aos avanços conquistados com a regulamentação do setor.

Diante de todas essas considerações, meu voto é pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 128, de 2022.

Sala da Comissão, em 12 de março de 2024.

Deputado ROBERTO MONTEIRO  
Relator

2023-19095

